

Entrevista Avanço chavista no país da América Central é primeiro desafio regional de Biden, diz Thomas Shannon

Guinada autoritária na Nicarágua deve ter resposta dura dos EUA

Marsílea Gombata
De São Paulo

A crise na Nicarágua é o primeiro grande desafio do governo Joe Biden na América Latina, em termos de guinada autoritária, avalia Thomas Shannon, ex-embaixador americano no Brasil. Ele argumenta que o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, cruzou a linha vermelha ao prender opositoristas com chances de derrotá-lo nas urnas e que deverá haver uma resposta dura por parte dos EUA.

"Creio que os EUA estão em processo de elaboração da resposta", diz Shannon, em entrevista ao **Valor**, por vídeo. "É muito cedo para dizer que isso ainda não aconteceu. Acho que o governo está se movendo de maneira cuidadosa e explorando uma variedade de opções. E tentando estabelecer uma estrutura de natureza multilateral para identificar e punir aqueles vistos como responsáveis por agir contra líderes democráticos. Então acredito que veremos (uma resposta) mais adiante, à medida que nos aproximamos do fim do ano."

Shannon acredita que Brasil e EUA ainda podem cooperar para encontrar soluções conjuntas para temas regionais, como a crise venezuelana e consequências da covid-19, apesar das diferenças entre os governos de Biden e de Jair Bolsonaro. Ele alerta, no entanto, que a pandemia acabou isolando os EUA e o Brasil, por decisões tomadas logo no início da crise.

"E isso teve impacto terrível na habilidade dos EUA e do Brasil em ter um papel catalisador para elaborar uma resposta regional à pandemia. Foi cada país por si", diz, ao acrescentar que a lenta vacinação desacelerou a habilidade do Brasil de ter maior engajamento com os países da região.

Shannon foi embaixador em Brasília de 2010 a 2013 e subsecretário de Estado entre 2016 e 2018. É uma das maiores autoridades americanas em América Latina. Atualmente, trabalha como assessor sênior de política externa no escritório de arbitragem internacional Arnold & Porter.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: O que está acontecendo na Nicarágua? Pode-se traçar um paralelo entre a Nicarágua de hoje e a Venezuela de Chávez de anos atrás?

Thomas Shannon: O que está acontecendo na Nicarágua é muito inquietante e reflete a preocupação do presidente Daniel Ortega de que a oposição tenha encontrado meios de avançar politicamente. E, como as circunstâncias políticas na Nicarágua são favoráveis à oposição, é necessário derrotá-la antes das urnas. Em muitos países, partidos de oposição são incapazes de desafiar o establishment político. Não acredito que isso seja verdade na Nicarágua, e por isso Ortega está agindo assim.

Há aspectos similares entre Venezuela e Nicarágua, mas a violência política é mais forte no país centro-americano. Isso não é diminuir o que está acontecendo na Venezuela, é dar o tamanho devido à crise da Nicarágua, onde a violência é mais concentrada.

Valor: A Nicarágua seria o primeiro desafio de Biden na região, em termos de guinada autoritária?

Shannon: O governo Biden está enfrentando muitos desafios, alguns vindo da América Central, ao mesmo tempo em que tenta solucionar temas relacionados a imigração, fortalecimento de instituições democráticas, luta contra a corrupção, além de assegurar o apoio de aliados de longa data. Mas o que acontece na Nicarágua, especialmente a decisão de prender opositores e levar outros para o exílio, acredito, é um claro desafio não apenas à visão de Biden sobre a América Central, mas também a uma visão que foi nutrida nas últimas décadas sobre a importância do processo democrático e de eleições justas.

Valor: O que Biden fez em relação à Nicarágua dará o tom da relação dos EUA com governos que tenderem ao autoritarismo na região?

Shannon: Creio que os EUA estão em processo de elaboração da resposta. Há algumas coisas que

indicam como o secretário de Estado americano (Antony Blinken) buscou lidar com essas questões. Primeiro, uma maneira de solucionar isso multilateralmente. E trabalhar com estruturas como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Sistema de Integração Centro-americana (Sica). É importante notar que na visita do secretário Blinken à Costa Rica, ele não se encontrou apenas bilateralmente com autoridades da Costa Rica, mas também com todos os ministros das Relações Exteriores da América Central. Isso evidencia o propósito do governo Biden de tratar os problemas de forma multilateral, de maneira regional.

Além disso, o uso contínuo de sanções contra indivíduos permite a Biden claramente identificar quem acredita ser responsável por ações contra líderes democráticos da Nicarágua. Depois temos de ver o que acontece. A região também estará atenta e esperando para ver como os EUA propõem a resolver esse problema.

Valor: Por que ainda não vimos uma condenação mais forte do governo Biden à Nicarágua?

Shannon: É muito cedo para dizer que isso ainda não aconteceu. Acho que o governo está se movendo de maneira cuidadosa e explorando uma variedade de opções. E tentando estabelecer uma estrutura de natureza multilateral para identificar e punir aqueles vistos como responsáveis por agir contra líderes democráticos. Então acredito que veremos (uma resposta) mais adiante, à medida que nos aproximamos do fim do ano.

Valor: Qual é a linha vermelha? Até onde o governo Ortega pode ir?

Shannon: A linha vermelha já foi cruzada há muito tempo. As prisões desses indivíduos foi uma medida chocante e deixou muito claro que o presidente Ortega não tem intenção de realizar eleições justas e livres. Se existe alguma linha vermelha, é essa.

Valor: Sanções não ajudam Ortega a adotar posições mais duras?

Shannon: As sanções têm propo-



Shannon diz que, apesar das diferenças, Brasil e EUA podem cooperar para encontrar soluções para problemas conjuntos

sitos variados. Em um mundo perfeito, são usadas para mudar comportamentos. Nem sempre funcionam assim. Mas ainda são uma maneira de governos como os EUA sinalizarem preocupação. E os EUA estão fazendo isso focando nos indivíduos envolvidos, sem causar grandes efeitos colaterais. Querem ser capazes de responder de maneira enérgica, mas sem necessariamente causar muitos danos ao povo nicaraguense.

Valor: No caso da Venezuela, as sanções ao setor petrolífero no início de 2019 foram a melhor escolha?

Shannon: Bom ponto. As sanções contra indivíduos na Venezuela tinham um propósito, como no caso da Nicarágua, que era uma maneira de expressarem preocupação com o regime de Nicolás Maduro. Na época em que ocorrem as sanções setoriais mais amplas, eu não achava que faziam sentido porque acabariam prejudicando muito a economia e não forçariam o governo venezuelano a mudar. Agora as sanções estão aí, e o governo Biden não parece preparado para tomar passos importantes para modificá-las sem que o regime de Maduro faça gestos significativos. Biden está tentando medir exatamente o que ganharia se começasse a aliviar as sanções.

Valor: Antes da eleição presidencial americana, o sr. havia dito que as relações Brasil-EUA seria difíceis, mas que Biden trataria o Brasil como um aliado para encontrar soluções comuns para problemas regionais. Isso não aconteceu ainda...

Shannon: Mas acredito que ainda pode acontecer. Apesar das diferenças claras entre os governos Bolsonaro e Biden, eles podem abrir canais de comunicação e diálogo em temas realmente importantes, como mudança climática,

desmatamento, biodiversidade. Minha esperança é que EUA e Brasil continuarão a buscar maneiras de melhorar a relação e cooperar.

Um dos grandes desafios que toda a região enfrenta, incluindo EUA e Canadá, é solucionar as consequências da pandemia. E se certificar não apenas que possamos conter o vírus, mas também acelerar a vacinação. E, uma vez feito isso, os países terão de achar maneiras de reativar economia, comércio, viagens, turismo, e todo tipo de atividade econômica entre os países do continente americano.

E isso será importante para o Brasil, porque a pandemia isolou o país e dificultou que se engajassem e tivesse influência além de suas fronteiras. Minha esperança é que encontremos maneiras de colaborar no âmbito da pandemia e da vacinação. Isso aumentaria a influência do Brasil no continente.

Valor: Por que o sr. acredita que a pandemia isolou o Brasil?

Shannon: A pandemia fraturou relações entre todos os países do continente, por causa do fechamento de fronteiras, limitação do comércio, e medidas para tentar limitar o vírus, como lockdowns. Mas as duas maiores democracias no continente, EUA e Brasil, sofreram mais por causa das decisões que os governos tomaram no início. E isso teve um impacto terrível na habilidade dos EUA e do Brasil em ter um papel catalisador para elaborar uma resposta regional à pandemia. Foi cada país por si.

E, por causa de variantes, o Brasil se tornou objeto de preocupação para muitos países na região. Isso os levou a se afastar do Brasil. Agora há a questão da vacinação. Historicamente o Brasil sempre foi bom no que diz respeito a vacinação, capaz de fazer vacinas chegarem a todos, apesar das disparida-

des econômicas. E a lenta vacinação (contra a covid-19) desace-lerou a habilidade do Brasil de ter maior relação com qualquer país.

Valor: O Brasil tem um governo autoritário, em sua opinião?

Shannon: Tenho muita fé no Brasil, em suas instituições democráticas, no compromisso do povo brasileiro com a democracia que construíram há muitas décadas. Tanto no Brasil quanto nos EUA a polarização política nos faz ver opositores políticos como inimigos. Isso é um erro. Em sistemas democráticos, há grandes desentendimentos políticos, mas o propósito é manter e acreditar na unidade como nação e povo. Muitas vezes, cabe aos líderes políticos brasileiros lembrar as pessoas que o Brasil é uma grande nação e pode ter desentendimentos políticos importantes e debate sem necessariamente colocar em risco estruturas de seu sistema democrático.

O Brasil deu início a um processo de transformação política, em que se percebe que a sociedade mudou mais rápido do que estruturas políticas que expressam (a vontade) da sociedade. E, como os EUA, está passando por uma transformação interna, reconstruindo partidos políticos e instituições, de modo que sejam mais representativas. Isso pode ser bastante positivo, se administrado apropriadamente e houver confiança nas instituições.

Valor: Mas o sr. vê o Brasil indo por um bom caminho?

Shannon: Há riscos, como nos EUA. Mas creio que as instituições brasileiras são resilientes e capazes de sobreviver a esse período de mudança política e transformação. Assim como o povo brasileiro, que também é resiliente e comprometido com a democracia.

Resposta americana será recado ao Brasil, diz Valenzuela

De São Paulo

A resposta dos EUA para a Nicarágua será também uma mensagem para outros países com tendências autoritárias na região, incluindo o Brasil, afirma Arturo Valenzuela, ex-subsecretário de Estado para o continente americano no governo de Barack Obama (2009-2016). Em entrevista ao **Valor**, Valenzuela diz que, em certa medida, a crise do Estado de direito na Nicarágua se assemelha ao que ocorre no Brasil hoje e que os EUA de Joe Biden terão de conversar sobre isso com o governo de Jair Bolsonaro em dado momento.

"O fato de a vice-presidente dos EUA, Kamala Harris, ter dito que estava preocupada com o estado de direito na América Central deixa uma mensagem clara de que não se solucionarão problemas migratórios na região a menos que haja Estado de direito e fortalecimento das instituições democráticas. E esse mesmo tipo de conversa terá de ser feita com Bolsonaro em algum momento, porque no Brasil ocorre algo parecido", disse Valenzuela, em entrevista por vídeo.

Valenzuela nasceu no Chile e cresceu nos EUA. Além de ex-assessor de Obama, trabalhou como diretor de assuntos internacionais no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca no governo Bill Clinton (1993-2001). É professor de Ciência Política e também diretor do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade Georgetown, em Washington.



Arturo Valenzuela, que foi subsecretário de Estado dos EUA no governo Obama

Ele afirma que o mundo verá uma mensagem mais direta dos EUA em relação ao Brasil, via instituições internacionais. Isso porque a diplomacia do governo Biden se distancia radicalmente da abordagem do governo anterior, de Donald Trump (2017-2021).

"O governo Biden não vai tomar nenhuma medida unilateral, como Trump pensou em fazer com a Venezuela. Os EUA não ameaçarão invadir lugar algum", diz.

Biden, argumenta, está se voltando para um esforço multilateral e busca que isso seja feito conversando com aliados e por meio de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

"Não será uma política como a

que fez o governo anterior, de buscar ter contratos ou acordos com um determinado país, sem centrar-se no multilateralismo", diz.

Antes da posse do democrata em janeiro, Valenzuela havia dito que, se o Brasil não mudasse, a relação com os EUA seria muito difícil. As dificuldades de engajamento estão postas, e o que futuro das relações Brasil-EUA dependerá muito do que acontecer no cenário político brasileiro, afirma.

"Muito vai depender do que acontecer no Brasil. Obviamente há uma crise política muito forte no Brasil neste momento. Há desordem, falta de governabilidade. E isso é algo que o Brasil tem de ir solucionando. Ninguém pode entrar no Brasil e dizer: vocês têm de consertar isso dessa forma. Isso não é assim", diz. "O que eu observaria é se a própria classe política

brasileira ou mesmo a população se dá conta que a situação no Brasil já não é sustentável."

Na avaliação de Valenzuela, o Brasil vive um momento de autoritarismo e falta de governabilidade. "A situação do Brasil hoje é de uma sociedade onde claramente não se estão tomando decisões que são cruciais para a sociedade", diz. "Existe uma falta de condução tão grave, que o país está sendo muito mais prejudicado do que se chegou a pensar. A economia colapsou, a saúde é uma questão gravíssima. Isso para não falar de outros temas como Amazônia. A palavra seria ingovernabilidade."

A América Latina toda vive hoje um desafio de governabilidade, que se resolveria fortalecendo Estado de direito e instituições democráticas, afirma. "A resposta política não tem sido suficientemente boa, então temos crises em quase todos os países da região", diz ao citar Chile, Peru, Colômbia, Brasil. O caso da Nicarágua, no entanto, sobressai.

"A grande ironia da Nicarágua do presidente Daniel Ortega hoje é que, até certo ponto, se parece mais com a Nicarágua de Somoza", argumenta Valenzuela, ao citar a família à frente da ditadura que durou de 1936 a 1979 e contra a qual Ortega lutou no passado. "Tem, fundamentalmente, violado todos os princípios de um sistema democrático, não permitindo eleições abertas e transparentes nem observadores internacionais, e prendendo opositores. É uma ditadura clássica." (MG)



Governo Ortega deteve 21 opositores, sendo cinco candidatos à Presidência

Governo de Ortega prende opositoristas antes de eleição

De São Paulo

Nas últimas semanas, o governo do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, prendeu quase todos os líderes da oposição, representantes da sociedade civil e ex-aliados. A crise atual é uma ampliação da de 2018, quando protestos contra a reforma da Previdência eclodiram, resultando em forte repressão, 328 mortos e mais de 100 mil fugindo do país. De lá para cá, o governo implementou mudanças que apertaram o cerco à oposição.

"Um exemplo é a lei de defesa da soberania e direitos do povo, que inibe protestos, e a modificação do código penal, que amplia o tempo máximo da prisão temporária de 48 horas para 90 dias", diz Tiziano Breda, analista da consultoria International Crisis Group.

Desde junho, 21 foram presos, sendo cinco candidatos à Presi-

dência, como Cristiana Chamorro, filha da ex-presidente Violeta Chamorro (1990-1997). Alguns dos detidos são ex-companheiros de Ortega na luta armada contra a ditadura Somoza, como Dora María Téllez e Hugo Torres. "Nunca pensei que nesta fase da minha vida estaria lutando contra outra ditadura", disse Torres, em vídeo.

Parentes acusam autoridades de impedi-los de visitar os detidos, e advogados de defesa estão deixando o país sob ameaças. O governo americano adotou sanções contra funcionários do governo.

Ortega ocupou a Presidência de 1979 a 1990 e governa desde 2007. Em novembro, tenta um terceiro mandato consecutivo. "Ortega não está disposto a voltar a ser oposição. Se perder, corre o risco de enfrentar a Justiça por crimes de lesa humanidade pela repressão do Estado em 2018", diz Breda. (MG)